

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

A Cúrcia

Class.:

Org. Ind. Lideranças

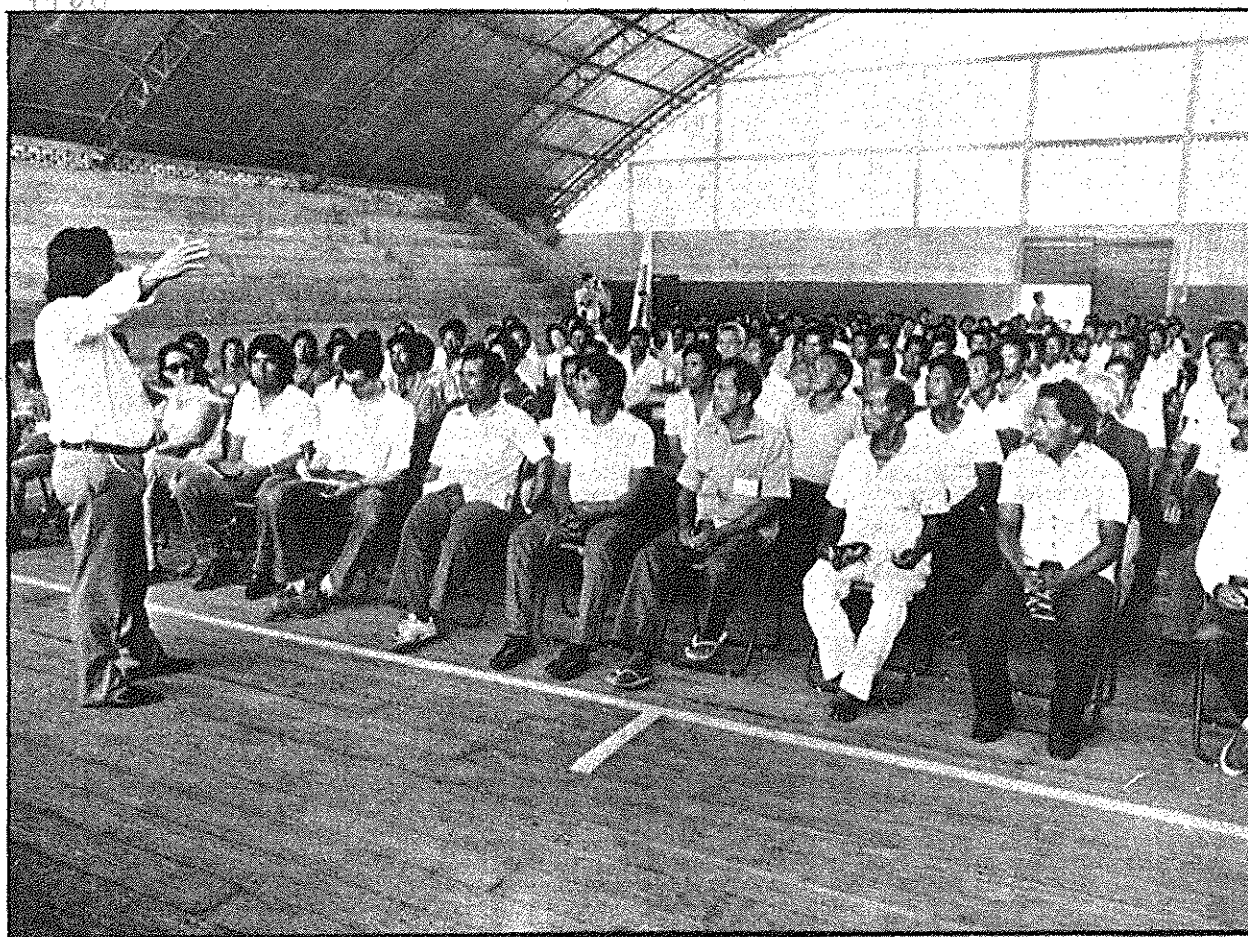
Data

30.04.87

Pg.:

449

Índios debateram Calha Norte



Carlos Dias

São Gabriel se transforma, por força das circunstâncias, em capital dos índios do Amazonas, que ali se reuniram na 2ª. Assembléia Geral dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro, para discutir os seus problemas face à implantação do Projeto Calha Norte. Com impressionante sinceridade, os representantes dos índios falaram das suas queixas e questionaram até a que ponto o projeto será benéfico ou não para eles (Página 6 do 2º caderno).

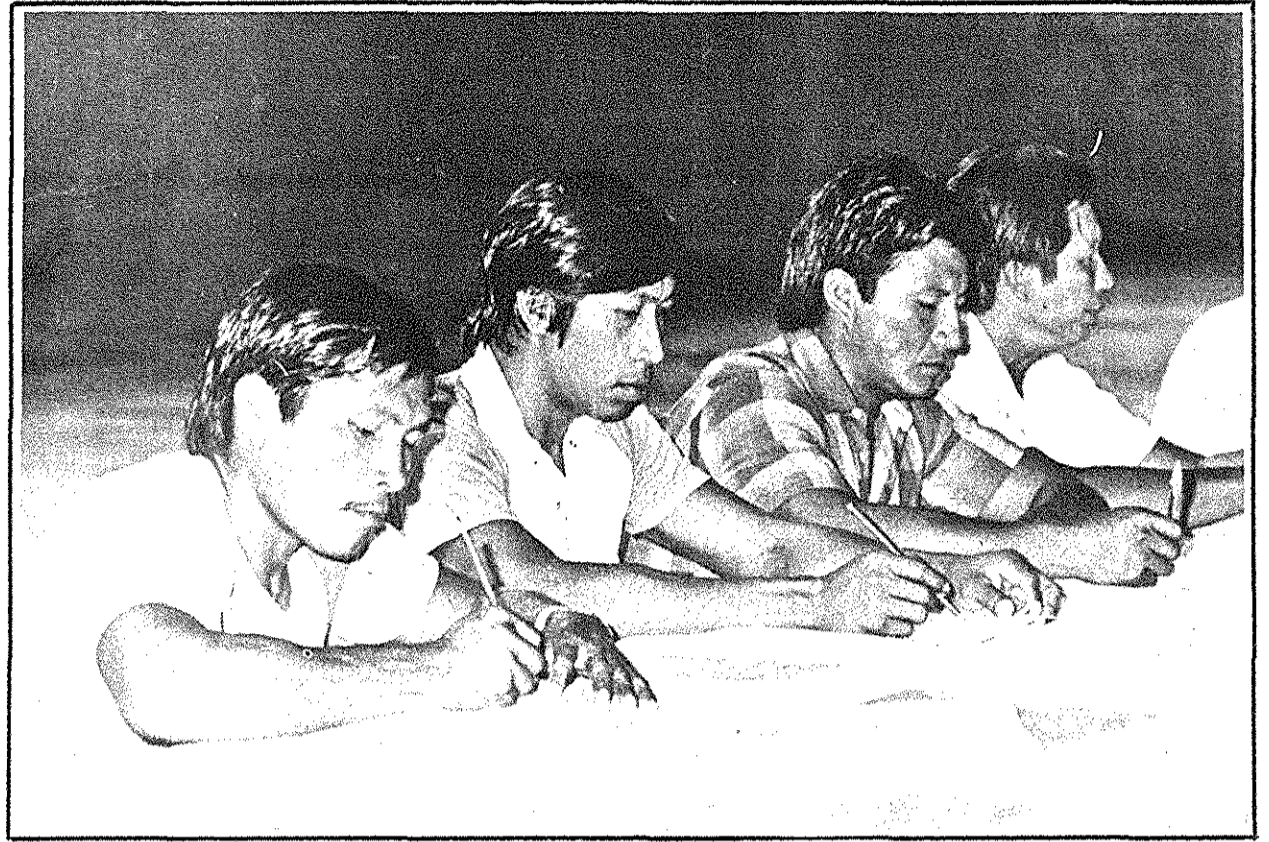
Lideranças Indígenas ouvem Álvaro Tukano

ASSEMBLÉIA GERAL

São Gabriel é a capital dos índios e seus anseios



Álvaro Tukano falou na abertura oficial da Assembléia Geral dos Povos Indígenas



Todos os pronunciamentos foram anotados pelos líderes indígenas

Texto Mario Adolfo
Fotos: Carlos Dias

O poder oficial dos brancos não é bicho de sete cabeças e, se ele não vem até os índios, os índios, mandam buscá-lo. A proposta inicial é discutir o trinômio empresas mineradoras, Igreja e Calha Norte, que apesar das "boas intenções", parecem perturbar a paz indígena. O palco para tão importante discussão foi armado terça-feira, em São Gabriel da Cachoeira, na 2ª Assembléia Geral dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro.

São Gabriel, distante de Manaus, 2h30m de avião, se transformou na capital indígena dos índios do Alto Rio Negro. A presença das lideranças indígenas, que estavam estimada em 100, ultrapassou os 300 e nunca se ouviu falar tanto em autodeterminação, justiça e solidariedade. "É uma conversa de homem para homem", sentenciou Álvaro Fernandes, Tukanos, ao receber os convidados, na segunda-feira.

Para este face a face, foram convidados o superintendente da 5ª Região da FUNAI, Sebastião Amâncio; o representante do Comando Militar da Amazônia, Major Francisco de Assis Abraão; o representante do Calha Norte, Moraes de Lins e o representante da diocese de São Gabriel, D. Miguel. O representante do Serviço Nacional de Informação chegou a ser anunciado, mas não sentou à mesa e, como de praxe, não foi identificado.

CAPITAL DO ÍNDIO

Além do barulho ensurdecedor das cachoeiras, São Gabriel passou a ou-

vir, desde terça-feira, dia 28 de abril, o clamor dos anseios indígenas do Alto Rio Negro. Dos 45.000 habitantes da região, 90% são índios e 13, dessa etnia estão representadas na 2ª Assembléia Geral dos Povos Indígenas que deverá se prolongar até a quinta-feira.

Através de seus líderes, marcaram presença na abertura da assembléia, realizada no ginásio D. Pedro Massa, as comunidades indígenas de Baniwa, Tukano, Dessano, Piratapuia, Kuripaku, Cubeo, Arapaço, Tariano, Muritapuia, Warekena, Baré, Yanomami e Maku.

Desta vez, os brancos são os "convidados dos índios e as autoridades somos nós", fez questão de frizar Pedro Machado, administrador das tribos de São Gabriel da Cachoeira, pela FUNAI. Na véspera da abertura, jantando com as autoridades oficiais da FUNAI e convidados, Álvaro Machado, um dos coordenadores do encontro, já advertia:

— Eu sei que lá em Brasília, vocês são acostumados a ser tratados à base de borduna, mas aqui não tem disso, nós vamos sentar à mesa para discutir nossos problemas em paz.

A abertura da 2ª Assembléia geral dos Povos Indígenas começou às 08:45 horas. Os índios chegaram ao ginásio em um microônibus do Exército. Os coordenadores da assembléia ao apresentarem de terno e gravata para surpresa das outras autoridades. "As autoridades aqui somos nós", explicou Carlos Machado. "Estou virando burocrata", justificou Benedito.

Antes de ser aberta oficialmente a solenidade, Álvaro Tukano "bateu um papo" com seus irmãos índios, sem

microfones, para alertá-los que o que seria discutido "é aquilo que vocês têm no coração e também o que acontece no mundo dos brancos. Os problemas internos têm que ser deixado para ser discutido em casa".

A palavra de boas-vindas foi dada por Pedro Fernandes Machado, assessor da 5ª Superintendência da FUNAI. "Aqui não haverá nada de disse-me-disse. A discussão vai ser de igual para igual, dos problemas que tanto nós afligem". Ele deixou claro também que, hoje, os índios não são mais a "barreira do progresso branco", mas sim um povo que senta à mesa de negociação para discutir seus problemas e reivindicar seus direitos.

— O índio nunca foi chamado a Brasília para pedir seus direitos. Nem foi chamado para escrever títulos e leis. Acredito eu que, quem fez as leis do

país foram os homens, e todo homem é passageiro. Logo, toda lei pode ser mudada.

Para ele, o índio hoje não tem culpa se pede a demarcação de terras, "pois para o índio nunca existiu demarcação e nem precisava. Agora precisa, pois vivemos num mundo onde só existe lei para quem tem força financeira".

TESTAR O GOVERNO

Como segundo orador da solenidade de abertura da assembléia, Álvaro Tukano também não jogou flores sobre os presentes. Dentro de sua visão, foram os índios que trouxeram o governo dentro de casa. "Vamos desafiar o governo para ver se ele é forte ou não. Vamos mostrar se é o governo que não presta, ou se somos nós. Va-

mos mostrar quem é mais forte na prudência".

Ele disse estar cansado de ver gente de fora vir classificar índio e dizer que fizeram do índio gente. O importante, segundo ele, é preservar a terra.

— Não somos guerrilheiros, somos homens que sempre viveram pela paz. Não queremos cocaína, que dá dinheiro para o homem branco. Dependemos só da terra, por isso ficamos aqui, pois tem mais pobreza no mundo dos brancos.

Representando o prefeito de São Gabriel, ausente por "motivos de força maior", a índia Cecília Fernandes comoveu a todos com um discurso feito com os olhos inundados de lágrimas:

— Aos 12 anos eu me emancipei, pois enfrentei a realidade de frente. Somos iguais perante Deus, mas discriminados frente aos brancos.

Cecília protestou contra a lei dos homens brancos, "pois ele dizem que é para todos, mas nós continuamos à margem". Eles (os brancos) continuam, segundo ela, vendo o índio como um intruso no chamado progresso civilizado.

— Nós estamos aqui e, se formos para o mundo deles, temos que bater à porta e pedir licença. Eles, por se sentirem fortes e potentes, se acham no direito de invadir o nosso lar.

Disse Cecília, que agora os índios fazem parte desse mundo civilizado e; como brasileiros, também têm direito a todo o apoio do homem branco:

— Quem nos ensinou a andar de carro? Foram eles. Quem nos deu estas roupas? Foram eles. Agora eles têm que nos dar todas as condições. Antes, a nossa roupa era os banhos de igarapés.

Depois de ouvir o "recado", o superintendente da FUNAI, Sebastião Amâncio, disse que estava ali como convidado e "nossa posição não é de contraposição às lideranças indígenas, mas sim de rebatê-las dentro das diretrizes do governo brasileiro".

O representante da presidência da FUNAI, Marcelo Coutello, lembrou que a caminhada era importante para a comunidade indígena e, nessa caminhada, a FUNAI se coloca para dar apoio no que for necessário, lembrando no entanto, que os índios "sabem o tamanho de sua perna, a velocidade da caminhada e por onde caminhar".

O primeiro líder a se apresentar na Assembléia, representando seu povo, foi Pedro de Jesus, Iauaretê, que falou do seu direito de representar a comunidade e cantou uma música indígena de sua autoria. Enquanto Pedro cantava ao violão, seus companheiros seguravam a bandeira de suas comunidades nas cores vermelhas, amarela, azul e branca, com o desenho de uma onça, que lembrava o povo da "Cachoeira da Onça".

Um a um, por etnia, os líderes indígenas foram sendo chamados. Alguns falaram em língua geral (nhengatu) e tiveram que ser traduzidos, como foi o caso de Irineu, Baniwa, que foi traduzido por um padre. Ele disse que não falava português e até a língua geral estava saindo "um pouco apertada", pois estava diante de autoridades.

Um representante da nação Yanomami, Julio Goes Pinto, protestou porque sua tribo não foi convidada, "estou aqui por mim mesmo, mas os líderes de minha comunidade não foram convidados", disse.



Mais de 300 lideranças indígenas presentes em São Gabriel da Cachoeira

Calha Norte na berlinda da Assembléia

Grande parte das lideranças indígenas do Alto Rio Negro Acusaram o governo de desenvolver o projeto Calha Norte de "forma secreta", sem consultar os donos das terras, os próprios índios. Protestos como este e cobranças de demarcação de terras foram feitas na segunda fase da 2ª Assembléia geral dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro, que está sendo realizada em São Gabriel da Cachoeira.

A revolta das lideranças pôde ser observada também pelo representante da presidência da FUNAI, Marcelo Coutello, pelo superintendente da 5ª região da entidade, Sebastião Amâncio e pelo tenente coronel Roberto Luis Teixeira Lopes, representante do Conselho de Segurança Nacional, que sofreram uma verdadeira sabinagem sobre o Calha Norte.

Com direito a cio minutos cada, as lideranças indígenas ocuparam o microfone da plenária para questionar os prós e os contras do projeto. Ora pacientes, ora irritados, as autoridades do governo tentaram responder a todo o tipo de pergunta feita pelos ins. Couto esta:

— Por que o povo indígena não tem direito de ser consultado antes de qualquer projeto e só toma parte quando tudo já está infiltrado lá por Brasília? — feita por Juscelino Gonçalves, líder comunitário de São Gabriel da Cachoeira.

CALHA NORTE NA BERLINDA

A segunda fase da assembléia geral indígena começou por volta das 14:30 horas, com as palestras de Sebastião Amâncio e do Ten. Cel. Teixeira, que fizeram uma exposição sobre a implantação do Calha Norte e seu lado operacional.

Após as palestras, alguns líderes indígenas se apresentaram para fazer perguntas, questionar a validade do Calha Norte e reivindicar seu direito, como parte envolvida, de serem consultados. De acordo com a resolução do Calha Norte, os 150 km de fronteiras Yanomami, povo que habita o noroeste de Roraima, próximo à fronteira.

— Então, já que não pode ser demarcadas, o povo Yanomami vão fazer de suas terras? Então vão tirar o índio e levar para longe? Então onde vamos criar nossos filhos e nossos netos? — questionou Júlio Góes, líder Yanomami. O risco, segundo ele, é que as portas de sua aldeia fiquem abertas para

as mineradoras e os garimpeiros. "Queremos demarcação para os nossos filhos e os filhos dos nossos filhos", sintetizou.

Ao responder ao índio, o superintendente regional da FUNAI, Sebastião Amâncio, disse que cerca de 20.000 índios vivem nessa área de fronteiras, que está demarcada pelo Decreto 198 da Constituição. "Você não pode dizer que os Yanomami estão abandonados, pois sempre a FUNAI manda agentes federais para tirar garimpeiros de suas terras".

O Ten. Cel. Roberto Teixeira Lopes interrompeu para dizer que "os problemas da faixa de fronteira são uma questão de legislação e não existe no Calha Norte qualquer referência da retirada de índios ou exploração mineral nas áreas indígenas".

O índio Yanomami voltou à carga, lembrando que até hoje seu povo espera uma ação da FUNAI e só agora ele decidiu chegar com a Calha Norte.

— O projeto Calha Norte vem num bom momento, pois só com o recurso do Calha Norte a FUNAI poderá dar assistência ao índio — respondeu Sebastião Amâncio.

A discussão ficou mais acirrada quando foram chamados para perguntar, o professor Juscelino Gonçalves, de São Gabriel da Cachoeira, que diz ser descendente de índios e Dona Edna Trindade, da Associação

Comunitária de Mulheres de São Gabriel da Cachoeira.

Juscelino fez pergunta sobre o por que do índio nunca ser consultado quando se elabora qualquer projeto em suas terras. Amâncio respondeu rapidamente. "Gostaria que você provasse isso" e depois questionou o direito do líder comunitário falar em nome dos índios:

— Você é índio? — perguntou o superintendente.

— Sou descendente dos Barés, por parte de meus avós maternos...

— Você habita alguma área indígena?

— São Gabriel! — exclamou o professor arrancando aplausos eufóricos do plenário indígena.

Em seguida ele questionou como o Calha Norte vai resolver problema de educação, como diz o projeto, se "o governo não sustenta nem a rede municipal. Há 3 anos o governo não paga professores". O delegado da FUNAI se recusou a responder, alegando que a pergunta deveria ser dirigida ao prefeito de São Gabriel, raimundo Quirino, que pela tarde apareceu no plenário da assembléia.

— A pergunta seria ao governo do Estado, mas acredito que os professores estão sendo pagos, são não são contratados — respondeu o prefeito.

O representante do Conselho de Segurança Nacional, Ten. Cel. Teixeira fez outra intervenção, para explicar que não resta dúvida que a região do alto Rio Negro enfrenta sérios problemas. "e não pretendemos resolver tudo de uma só vez. Mas o problema de educação é do governo do Estado". A propósito da fala do militar, o governo do Estado não enviou representante à Assembléia e muito menos ao Ministério do Interior.

"PALAVRAS VÃO PELO AR"

A representante das mulheres de São Gabriel, Edna Trindade, queria ouvir da mesa a garantia de que o projeto Calha Norte não iria trazer malefícios aos índios. Amâncio respondeu que a prova estava nos 8 pelotões e guarnições da 5ª Companhia Especial de Fronteira. "As guarnições já provocaram algum malefício?", perguntou Amâncio.

Dona Edna insistiu que necessitava de alguma coisa que pudesse provar concretamente que não seria causado qualquer mal ao povo indígena. "O que me garante isso, se se existem palavras e as palavras se perdem no ar?"

O superintendente da FUNAI irritou-se. "O Calha Norte é um decreto presidencial... se a palavra do presidente merecer alguma dúvida..."



Para estes os índios disseram: "as autoridades aqui somos nós"



De gravador em punho e palavras de papel e caneta nas mãos acompanhando todos os pronunciamentos da reunião